

**TERMO DE REFERÊNCIA - EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE
ENGENHARIA**



**FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA
PARA PCD NAS UNIDADES C.A CEILÂNDIA, C.A GAMA, UPS
PRESIDENTE DUTRA, UOP SAMAMBAIA E UPS 504 SUL.**

BRASÍLIA-DF, FEVEREIRO DE 2024.

SUMÁRIO

1. DO OBJETO	3
2. JUSTIFICATIVA	3
3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	4
4. PRAZO DE EXECUÇÃO.....	4
5. REGIME DE EXECUÇÃO	4
6. ANEXOS DA PROPOSTA.....	4
7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO	4
8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	6
9. DO CONSÓRCIO	7
10. VISTORIA	7
11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	8
12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	9
13. DA SUBCONTRATAÇÃO	11
14. DO PAGAMENTO	12
15. DOS SEGUROS.....	13
16. CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS	14
17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	16
18. ESTIMATIVA DE PREÇOS.....	16
19. APÊNDICE	16

1. DO OBJETO

1.1 O presente termo de referência do Serviço Social do Comércio do Distrito Federal – Sesc-AR/DF, e seus apêndices têm por objetivo de orientar e especificar as condições necessárias para a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de construção civil, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à instalação de plataforma elevatória para PCD nas Unidades C.A Ceilândia, C.A Gama, UPS Presidente Dutra, UOP Samambaia e UPS 504 sul.

2. JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação é motivada pela necessidade de instalação de plataformas elevatórias nas Unidades para a locomoção de pessoas com dificuldade ou pessoas que estejam com a mobilidade reduzida e que atenda as normas de acessibilidade.

2.2 Após decisão estratégica da Presidência do Conselho Regional e da Direção Regional do Sesc-DF, a fim de oferecer uma estrutura adequada aos comerciários, que após os estudos preliminares, indicar pela viabilidade da contratação, esta

Coordenação elaborou documentação necessária para iniciar o processo de contratação estão presentes nos Apêndices deste Termo de Referência.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 As intervenções seguem pontuadas e pormenorizadas no Caderno de Encargos e Especificações de Obras e Serviços – Apêndice I.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1 O prazo de execução é de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 O objeto da licitação tem a natureza de serviços especializados de engenharia;

5.2 A presente contratação adotará como regime de execução a **Contratação por escopo**, conforme disposto no Art. 4º, Inciso XXIV, da Resolução Sesc n.º 1.570/2023.

5.3 O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesses das partes.

6. ANEXOS DA PROPOSTA

6.1 A Licitante deverá apresentar planilha orçamentária sintética que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários, conforme modelo de planilha elaborado pelo Sesc-AR/DF.

6.2 A Licitante deverá apresentar planilha de composição de preços unitários, conforme modelo de planilha elaborado pelo Sesc-AR/DF.

6.3 A Licitante deverá apresentar planilha de Benefícios de Despesas Indiretas – BDI.

6.4 Após a contratação, a empresa, deverá apresentar em até 05 (cinco) dias, o Cronograma Físico-Financeiro a ser aprovado pela Fiscalização do Sesc-AR/DF.

7. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

- 7.1 A qualificação técnica será comprovada mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 7.2 Qualificação Técnico-Operacional:
- 7.3 Certidão de Registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) competentes da região a que estiver vinculado o LICITANTE, que comprove atividade relacionada com o objeto da licitação;
- 7.4 Comprovação, por meio de certidão e/ou atestado, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, de que a Empresa LICITANTE **executou as atividades de instalações mecânicas de plataformas elevatórias.**
- 7.5 Qualificação Técnico-Profissional:
- 7.6 Comprovação por meio de atestado(s) de capacidade técnico-profissional fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, emitida(s) pelo CREA, ou documento(s) equivalente(s) emitido(s) pelo CAU, com dados e informações suficientes para comprovar que o(s) profissional(is) que atuará(ão) como Responsável(is) Técnico(s) dos serviços objeto desta licitação tenha(m) sido responsável(is) **pela execução dos serviços de instalações mecânicas de plataforma elevatória.**
- 7.7 Observação:
- 7.8 O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de execução, sendo que não serão consideradas as informações a respeito de projeto, fiscalização, coordenação, supervisão, direção ou qualquer outra designação.
- 7.9 Caso a empresa vencedora do certame não seja situada em Brasília/DF, deverá, quando da assinatura do contrato, apresentar visto no CREA-DF.
- 7.10 A licitante deverá, caso seja solicitado, disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros documentos, cópia do(s) contrato(s) que deu(ram)

suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1 A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;

8.2 O licitante deverá comprometer-se com a sustentabilidade ambiental;

8.3 Todo material e tecnologia deverão ser ambientalmente sustentáveis;

8.4 O licitante vencedor, na execução dos serviços deverá cumprir as seguintes orientações:

- a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança individual (EPI) e coletiva (EPC) que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d) Observar a legislação Distrital e proceder com a reciclagem/destinação adequada quanto ao descarte de resíduos gerados nas atividades;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

9. DO CONSÓRCIO

- 9.1 É permitida a participação por consórcio.
- 9.2 A empresa líder do consórcio é responsável pela representação das demais consorciadas junto ao Sesc-AR/DF.
- 9.3 Para habilitação técnica é admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.
- 9.4 A empresa deverá apresentar declaração futura de constituição de consórcio na fase de habilitação, limitado a 2 (duas) empresas por consórcio.
- 9.5 É vedado a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada.
- 9.6 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 9.7 O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio.
- 9.8 A substituição de empresa consorciada deverá ser expressamente autorizada e deverá apresentar qualificação técnica igual ou superior pela empresa substituída.

10. VISTORIA

- 10.1 Às empresas interessadas será facultada a realização de vistoria às dependências do local onde os serviços serão executados, mediante agendamento, para esclarecimentos de dúvidas relacionadas ao objeto licitado, bem como para verificar todas as informações relativas à sua execução.
- 10.2 Compete à empresa licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os detalhes, das especificações e demais elementos integrantes da documentação técnica fornecida pelo Sesc-AR/DF para a execução dos serviços. Do resultado desta verificação preliminar, que deverá ser feita antes da licitação dos serviços, deverá a licitante dar imediata comunicação ao Sesc-AR/DF, por escrito, apontando dúvidas ou possíveis discrepâncias que tenham sido observadas, inclusive sobre qualquer transgressão a normas técnicas,

- regulamentos e leis em vigor, de forma a serem sanados os erros e/ou omissões que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras e serviços.
- 10.3 O agendamento da vistoria deve ser realizado com antecedência de 24 horas junto à Coordenação de Infraestrutura - COINFRA, pelo telefone (61) 3218-9178 ou pelo e-mail: coord.infraestrutura@sescdf.com.br.
- 10.4 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 10.5 Caso a empresa opte por não vistoriar, deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade da contratada a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação do local de execução dos serviços, bem como das condições dos serviços a serem executados.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por Empregado ou Comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando

prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

- 11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro, aprovado pela Coordenação de Infraestrutura no início dos serviços.
- 11.5 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 11.6 Indicar os locais e horários em que deverá ser realizado o serviço.
- 11.7 Autorizar o pessoal da Contratada, acesso ao local do serviço desde que observadas às normas de segurança do Sesc – AR/DF.
- 11.8 Rejeitar no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA.
- 11.9 Observar para que, durante a vigência contratual, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, Apêndices e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência, Apêndices e em sua proposta.
- 12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 12.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 12.4 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais,

previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.

- 12.5 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.6 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 12.7 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.8 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.10 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.11 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.13 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização

expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- 12.14 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010).
- 12.15 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 12.16 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1 A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem tampouco transferir o Contrato a terceiros, sem consentimento prévio e expresso do Sesc-AR/DF. Em nenhuma hipótese será permitida a subcontratação total do Objeto.
- 13.2 Se autorizada a subcontratação parcial, a subcontratada deverá possuir todos os documentos de habilitação exigidos na Licitação relativos à parcela a ser subcontratada.
- 13.3 A CONTRATADA fica obrigada a encaminhar em até 03 (três) dias úteis anteriores à execução do serviço, ofício ao Sesc-AR/DF, para análise e aprovação,

assim como toda a documentação da subcontratada referente à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista exigidos na Licitação.

13.4 A CONTRATADA manterá a sua responsabilidade pelos serviços que subcontratar, sob prévia autorização.

14. DO PAGAMENTO

14.1 O pagamento pela prestação do serviço será efetuado diretamente na conta bancária indicada pela contratada em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal devidamente atestadas pela Coordenação de Infraestrutura — Coinfra.

14.2 Na nota fiscal, deverão constar os dados bancários da licitante vencedora para depósito do valor devido relativo à execução do objeto desta licitação e a Inscrição no Cadastro Nacional de Obras – CNO, caso necessário.

14.3 Nos valores apresentados na nota fiscal, já estarão inclusos taxas, fretes, impostos, seguros e outros encargos legais decorrentes do cumprimento deste objeto. O Sesc-AR/DF não realiza pagamento por meio de boleto bancário.

14.4 Para atesto e posterior envio para pagamento, a nota fiscal deverá ser apresentada pela contratada ao Sesc-AR/DF, devidamente acompanhada de prova de regularidade relativa:

- a) à Fazenda Federal e Seguridade Social — INSS (Conjunta).
- b) à Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- c) ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço — FGTS; e
- d) à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT.

14.5 A documentação acima deverá ser apresentada na forma da lei vigente, podendo ser substituída pela Certidão emitida pelo Sistema de Cadastro de Fornecedor — SICAF, como documento comprobatório de regularidade fiscal.

14.6 Por ocasião do faturamento, a licitante vencedora deverá apresentar, com as notas fiscais de serviços, também os comprovantes de recolhimento tributários e previdenciários (GFIP, GPS, PIS etc.), folha de pagamento, devidamente autenticadas e quitadas, relativamente à mão de obra utilizada na execução dos

serviços contratados, referente ao mês da última competência, efetuadas as retenções previstas em lei.

14.7 A cada pagamento, a licitante vencedora deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- e) constatando-se a situação de irregularidade da licitante vencedora, o Sesc-AR/DF providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e
- f) o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do Sesc-AR/DF;

14.8 Conforme preceitua a jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União – TCU, mesmo que não haja a regularização fiscal da empresa contratada no prazo concedido no subitem anterior, não haverá retenção de pagamento de serviço já prestado.

14.9 Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da licitante vencedora, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

14.10 Caso o faturamento apresente alguma incorreção, a nota fiscal será devolvida para a devida correção e o prazo de pagamento alterado sem quaisquer ônus para o Sesc-AR/DF.

14.11 Em razão das obrigações acessórias decorrentes da Legislação vigente que regem os tributos e contribuições incidentes sobre os pagamentos das notas fiscais correspondentes ao objeto da licitação, o Sesc-AR/DF também poderá fazer, caso haja incidência, as retenções devidas ao IR, INSS, PIS, COFINS e Contribuição Social.

15. DOS SEGUROS

15.1 A licitante vencedora deverá providenciar, às suas custas, o Seguro de Vida e Acidente de Trabalho para seus empregados e prestadores de serviços, inclusive

respondendo pelo que exceder da cobertura dada pela Seguradora, não cabendo ao Sesc-AR/DF qualquer obrigação decorrente de riscos da espécie.

- 15.2 A licitante vencedora deverá apresentar ao Sesc-AR/DF, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de entrega do protocolo da via assinada do Contrato, apólice de Seguro de Vida e Acidente de Trabalho para seus empregados e prestadores de serviços, com validade para todo o período de execução do serviço, o qual deverá cobrir eventuais prejuízos de origem súbita e imprevista por qualquer causa, inclusive as avarias causadas por erros de projetos, desentulho e despesas extraordinárias.
- 15.3 Em caso de sinistros não cobertos pelo seguro contratado, a licitante vencedora responderá pelos danos e prejuízos que causar ao Sesc-AR/DF, propriedade ou posse de terceiros, em decorrência da execução do serviço.
- 15.4 A licitante vencedora deverá, ainda, na forma da lei, fazer e apresentar, no mesmo prazo estipulado acima, seguro coletivo de vida e acidentes de trabalho, com validade para todo o período de execução do serviço, correndo a sua conta as despesas não cobertas pela respectiva apólice, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212, de 24/07/1991 e nº 8.213, de 24/07/1991.

16. CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1 O Sesc-AR/DF receberá o serviço da licitante vencedora em duas etapas: Provisório e Definitivo.
- 16.2 Provisoriamente: quando o serviço for inteiramente concluído, a empresa solicitará ao Sesc-AR/DF, ainda dentro do prazo do Contrato, a elaboração do Termo de Recebimento Provisório, desde que esta Instituição julgue que o estado geral justifique este procedimento, quando então, promoverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, as vistorias e/ou conferências necessárias e lavrará o referido Termo. Os serviços executados pela licitante vencedora que não satisfizerem às

condições de recebimento serão recusados pela Fiscalização e deverão ser substituídos ou refeitos, dentro do prazo de entrega fixado no Contrato.

- 16.3 Caso o cumprimento do prazo contratual mencionado no subitem anterior se torne inexecutável, poderá ser concedido novo prazo para refazimento do serviço rejeitado, a critério do Sesc-AR/DF.
- 16.4 Definitivamente: decorridos, no mínimo, 60 (sessenta) dias e, no máximo 90 (noventa) dias da data do Termo de Recebimento Provisório, o serviço será novamente inspecionado para fins de aceitação definitiva, sendo a seguir lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, desde que tenham sido atendidas todas as reclamações das falhas de execução e exigências contratuais.
- 16.5 O recebimento definitivo dos serviços, por parte do Sesc-AR/DF, não exige a empresa adjudicada das responsabilidades decorrentes das disposições constantes no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.
- 16.6 A empresa licitante deverá fixar prazo de garantia plena de conformidade dos projetos e documentação técnica atualizada, que não poderá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.
- 16.7 A data de lavratura do Termo de Recebimento Definitivo inicia o prazo de responsabilidade da licitante vencedora pela qualidade, correção e segurança dos trabalhos, previsto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro e neste Edital.
- 16.8 Para ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, a licitante vencedora deverá apresentar prova de regularidade relativa:
- a) à Fazenda Federal e Seguridade Social — INSS (Conjunta);
 - b) ao Certificado de Regularidade do FGTS;
 - c) à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;
 - d) ao Programa de Integração Social — PIS;
 - e) a certificados ou atestados de garantia previstos neste Edital e seus anexos;
 - f) Desenhos, memorial descritivo contemplando as alterações em *as-built*, e
 - g) ao comprometimento formalizado dos serviços contratados com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnicas (ART) de autoria do Laudo Técnico junto ao CREA - DF.

17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação as sanções administrativas, respeitada a resolução Sesc n.º 1.570/2023.

18. ESTIMATIVA DE PREÇOS

18.1 O custo estimado da contratação é de R\$373.043,62 (trezentos e setenta três mil e quarenta e três reais e sessenta dois centavos).

19. APÊNDICE

19.1 São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes apêndices:

Apêndice 1 – Caderno de Encargos e Especificações.

Apêndice 2 – Planilha Orçamentária Sintética.

Apêndice 3 – Planilha de Composição de Preços Unitários.

Apêndice 4 – Composição do BDI.

Divino Ferreira Jacques
Analista de Suporte a Gestão – Infraestrutura

Marcelo Paiva de Carvalho
Analista de Suporte a Gestão – Infraestrutura

Clóvis Prata Oliveira
Gerente de Área - Infraestrutura
CREA: 39.322/D-MG